ASSIBGE – SINDICATO NACIONAL
Dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística
Av. Presidente Wilson, 210 – 8º andar - Centro (RJ) Cep: 20.030-021 Tel: (21) 3575 - 5757 fax: (21) 3575 - 5766
Pagina: www.assibge.org e-mail: assibge-sn@uol.com.br

Carta a todas as pessoas e instituições usuárias dos dados do IBGE

IBGE sofre mais um duro golpe, em um processo que remete para um desmonte do órgão:

Precarizar o IBGE é comprometer o futuro do País!

No dia 1º de Abril, *Ibgeanos* de norte a sul do país se manifestaram contra a forma submissa com que a Direção do IBGE reagiu a um corte orçamentário que adiou três pesquisas importantes do Instituto: a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a Contagem Populacional (2015) e o Censo Agropecuário (2016). Recebemos apoio de diversas entidades usuárias, estarrecidas com a falta de prioridade dada a um instituto com a essencialidade do IBGE.

Alertamos que os impactos futuros de tal adiamento sobre os dados a que sociedade, estado e mercado teriam acesso seriam grandes. Em particular o índice de inflação, que sem a realização da POF não tem sua estrutura de ponderação atualizada e adequada à atual cesta de consumo das famílias – ou seja, a inflação divulgada pode estar inadequada ao consumo atual das famílias. Lembramos que a última POF foi realizada em 2008-9 e que a pesquisa está prevista para acontecer a cada cinco anos. A mesma já está dois anos atrasada.

Da mesma forma, alertamos para o perigo de adiar a Contagem Populacional, pois esta é responsável pela atualização das estimativas populacionais dos municípios e, consequentemente, dos estados e do país. Lembramos que é através dos dados populacionais que o Fundo de Participação de Estados e Municípios é calculado, e que o mesmo define o repasse de verbas do Governo Federal para esses entes, verbas essenciais para o funcionamento dos mesmos e para investimentos em saúde, educação, segurança pública, cultura, dentre outras demandas locais.

Por outro lado, em um país com a diversidade do Brasil, é preciso garantir, a cada dez anos, a realização de um Censo Agropecuário, que permita à sociedade saber como anda o agronegócio, carro chefe das exportações brasileiras, mas também a agricultura familiar, com sua diversidade, e sua contribuição essencial para a alimentação do país. Como podemos pensar o território brasileiro sem um mapeamento do uso de solos e recursos naturais para a atividade agropecuária? Quando teremos dados para a agricultura familiar? Ficaremos apenas com dados de pesquisas amostrais para a agropecuária? E as mudanças estruturais? Como medir os impactos de anos de investimento de programas sociais para a agricultura familiar? Como o agronegócio reagiu aos ciclos econômicos e crises internacionais que ocorreram desde 2006? Quando e como teremos, no Brasil, acesso a esse tipo de informação?

Além disso, a partir da última experiência (Censo Agropecuário em 2006 e Contagem da População em 2007), foi avaliado que realizar a Contagem e o Censo Agropecuário de maneira concomitante ou muito próxima é prejudicial à qualidade de ambas as pesquisas. Caso os cortes no orçamento impliquem a junção das duas pesquisas no mesmo ano, o problema será ainda maior.

Por isso, depois do primeiro corte orçamentário e do episódio do adiamento inesperado da PNAD Contínua, em maio deste ano, os servidores decidiram realizar uma greve, na qual, ao longo de 79 dias, expuseram à sociedade sua preocupação com o desmonte do órgão e alertaram para a urgência de reverter esse corte orçamentário e de reforçar o orçamento do IBGE, órgão responsável pela coordenação do sistema nacional de geografia e estatística do país. Temos uma missão importantíssima a cumprir, digna de reconhecimento, valorização e preservação – somos um órgão de Estado e nossa produção não pode estar à mercê dos desmandos do governo do momento ou da conjuntura política e econômica.

Tão logo se encerrou o processo grevista, o IBGE sofreu o segundo corte orçamentário no mesmo ano. O orçamento para pesquisas do Instituto foi reduzido a menos de um terço do inicialmente previsto (caiu de R$ 766 para R$ 204 milhões), o que implicou, de forma mais direta, em novos adiamentos das duas operações: Contagem Populacional e Censo Agropecuário.

Diante das repercussões negativas do corte orçamentário, que ocuparam alguns espaços de debate recente nos meios de comunicação, as declarações do corpo diretor do IBGE foram no sentido de minimizar os impactos. Novamente, busca esconder a dureza do corte sobre o plano de trabalho do instituto e sobre a possibilidade da não realização de uma ou das duas operações, ou mesmo de sua realização de uma forma "reduzida", tornando sua utilidade e qualidade preocupante. Isso aconteceu quando as equipes estavam preparadas para testes pilotos e em meio a discussões com usuários diversos. A direção do IBGE também vem tentando, publicamente, relativizar os impactos do esvaziamento do quadro técnico do IBGE sobre a instituição, ainda que não seja capaz de encontrar argumentos plausíveis para escamotear a gravidade dessa situação. Afinal, em agosto/2014, o IBGE contava com um quadro de tão somente 5.999 servidores efetivos espalhados pelo País, dos quais 61% (ou 3,7 mil) estão próximos da aposentadoria, e os concursos públicos tem sido proporcionados em dimensão muito inferior às necessidades de absorção de pessoal efetivo do instituto.

A complexidade econômica e social e a dimensão territorial continental do Brasil exigem que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística atue em bases sólidas e estáveis. Recentemente, os servidores do IBGE e seu sindicato (ASSIBGE-SN) foram alvo de ataques públicos e desqualificações de seu processo grevista, nomeado pela direção do Instituto como "político", como se a preocupação com as condições estruturais não fosse um foco fundamental da luta por melhores condições de trabalho e por garantir à sociedade que estejamos cumprindo de fato nossa missão como trabalhadores desta instituição. Este novo corte no orçamento, entretanto, revela o acerto da pauta que foi a público, mostrando à sociedade o descaso com que o MPOG e o governo atual vêm tratando o órgão e como vêm diminuindo sua importância dentro do sistema estatal. O quanto se destina de orçamento, de recursos materiais e humanos, a um determinado órgão, está diretamente relacionado com o reconhecimento da importância das atividades que este desenvolve, assim como da complexidade das mesmas.

É urgente contar com a solidariedade dos usuários de nossas estatísticas.

Precisamos mostrar que não é uma preocupação apenas dos servidores, mas da sociedade, a de ter um IBGE forte. É importante para a segurança financeira e econômica do país. É importante para o correto dimensionamento de políticas socioeconômicas. É importante para assegurar à sociedade em geral indicadores sólidos e atualizados.

Sem os resultados das várias pesquisas do IBGE, as políticas públicas não podem ser devidamente desenhadas e monitoradas: sem conhecer a realidade presente, como podemos desenhar um futuro melhor?

ASSIBGE – Sindicato Nacional (Setembro de 2014)